



Dissertação de Mestrado

Direito Forense

Sob a orientação do Professor Doutor Henrique Salinas

**A TRAJETÓRIA DA CONCENTRAÇÃO DE PODERES
EM TORNO DO DIREITO DAS CONTRAORDENAÇÕES E
A FORÇA DE “UM MÍNIMO INCORRUPTÍVEL” NO SEU PROCESSO**

Andreia Nunes Pinto Costa Teixeira

Lisboa, 4 de Março de 2013

O tema da concentração de poderes nas entidades administrativas tem vindo a adquirir cada vez maior recorrência, quer por via das imposições que nos chegam “de fora”, quer pela produção legiferante sentida, quer ainda como forma de responder à complexidade das relações Estado-cidadãos, colocando-se na veste da regulação, fiscalização e sancionamento a preservação do “ecossistema” estadual e a mitigação dos seus “fatores abióticos”.

É perante a constatação da acuidade que aquelas entidades, *maxime*, as autoridades administrativas (AA’s), assumem que julgamos subsumir-se, *prima facie*, a sua inegável abertura a uma paleta cada vez mais rica em poderes, com especial expressão no processo de contraordenações.

Posto isto, é nosso intuito desmontar a edificação dos poderes sustentados com vista a auscultar a sua conformidade à luz do ordenamento jurídico nacional.

Na realidade, se o papel que desempenham no panorama da organização administrativa não é por nós escamoteado, o mesmo já não se poderá dizer, *tout court*, da concentração de poderes que albergam cuja amplitude nos surge cada vez mais crescente.

Para atingir o desígnio ambicionado, começaremos por uma imprescindível contextualização do Direito das contraordenações, ao nível substantivo e adjetivo, sem a qual dificilmente evidenciaremos os amplos contornos da matéria *sub judice*.

De seguida, passaremos para o tema central do nosso estudo por via do enquadramento e análise da realidade jurídica subjacente às AA’s e aos poderes que reúnem.

Posteriormente, chegará o momento de recorrer aos princípios constitucionais regentes e indagar a conciliação com os vários interesses em presença.

Para encerramento, cruzaremos as singularidades registadas com as “vias alternativas” que nos surgem de forma a responder às objeções oportunamente erguidas.

Pretende-se, afinal, «*uma digressão intelectual transmutante*» que nos conduza à descoberta dos fundamentos jurídico-materiais do sistema instituído e à sua harmonia com os direitos e garantias aplicáveis. Para tal, seremos inevitavelmente acompanhados por um juízo de concordância prática, sendo certo que este «*aponta para uma tarefa de harmonização, de forma a obter-se a máxima efectividade de todos eles*».

Palavras-chave: “Direito das contraordenações”; “concentração de poderes”; “autoridades administrativas”; “autoridades administrativas independentes”; “regulação”; “supervisão / fiscalização”; “poderes sancionatórios”; “contraordenações”; “Direito sancionatório”; “atividades reservadas”.

The theme of the concentration of powers in administrative entities has gained increasing recurrence, either by means of compulsory levies that come to us outside the borders, whether by legislative production felt, or even as a way to respond to the complexity of State-citizens relationships, putting into the hands of regulation, supervision and sanctioning the preservation of the State "ecosystem" and the mitigation of its "abiotic factors".

Is in view of the practical importance that those entities, *maxime*, administrative authorities (AA's), assume that we find, *prima facie*, their undeniable opening to "a multicolour pallet of powers", becoming more and more rich, with particular expression at a procedural level.

That said, it is our purpose to dismantle the building sustained powers in order to listen their compliance by reference to the national law.

In fact, if the role they play in administrative organization's panorama is not neglected, the same cannot be said, *tout court*, about the powers that they concentrate whose amplitude is increasingly growing.

To achieve the intended purpose, we will begin by an essential contextualization of the Administrative Offences Law, from a legal and procedural point of view, without which it will be difficult to evidenced the broad contours of the *sub judice* matter.

Afterwards, we move on to the central theme of our study through the framework and analysis of legal reality underlying AA's and the powers they congregate.

Later will come the time to resort to constitutional principles governing this area and inquire their conciliation with the various interests involved.

In closing, we will cross the singularities registered with the "alternative routes" that remain on the horizon in order to answer to the objections timely raised.

The aim is, after all, «*an intellectual transmuting tour*» that leads us to the discovery of materials-legal foundations of the system consistent with rights and guarantees applicable. To this end, we will be inevitably accompanied by a practice concordance judgment, «*which points to an harmonization assignment towards the maximum effectiveness of them all*».

Keywords: "Administrative Offences Law"; "powers concentration"; "administrative authorities"; "independent administrative authorities"; "regulation"; "supervision / monitoring"; "sanctioning powers"; "administrative offences"; "punitive law"; "reserved activities".